



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO NA JUNTA DE FREGUESIA DE REAL

Os abaixo-assinados, Francisco Lopes de Carvalho, primeiro outorgante, e Dr. Pedro Pina Nóbrega, segundo outorgante, respetivamente, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo e de Presidente da Junta de Freguesia de Real firmam, através deste documento e em nome dos órgãos autárquicos a que presidem, após autorização expressa da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia (deliberações de 27 de dezembro 2013 e 26 de abril de 2014, respetivamente), as bases pelas quais se regerá a delegação de competências da Câmara Municipal de Penalva do Castelo para a Junta de Freguesia de Real.

Artigo 1.º

Através do presente contrato, o primeiro outorgante descentraliza e delega competências no segundo outorgante, que assume as responsabilidades inerentes à adequada execução das seguintes obras públicas:

- 1- OBRAS PÚBLICAS
- Requalificação do espaço “Casa dos Tiagos” – Ribeira.

Artigo 2.º

O presente contrato diz respeito ao ano civil de 2017, podendo ser adequado ou ampliado, através da elaboração de uma adenda.

Artigo 3.º

Para as competências assumidas pela Junta de Freguesia inerentes à adequada execução das obras públicas previstas no artigo 1.º é atribuído financiamento no montante global de **9 731,99€ (nove mil setecentos e trinta e um euros e noventa e nove cêntimos)**, que se encontra inscrito no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano do Município.





MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 4.º

O pagamento do financiamento referido no artigo 3.º será efetuado em duas tranches: a primeira, a título de adiantamento, paga até 30 dias após a assinatura do presente contrato; a segunda tranche, após a comunicação e confirmação da execução dos trabalhos.

Artigo 5.º

Compete à Câmara Municipal de Penalva do Castelo:

- a) Elaborar, através dos respetivos serviços, orçamentos e autos de medição (ou relatórios) sobre a execução dos trabalhos;
- b) Acompanhar e fiscalizar os investimentos a executar pelo segundo outorgante;
- c) Assegurar apoio técnico, quando solicitado pelo segundo outorgante;
- d) Proceder à transferência do financiamento previsto neste contrato.

Artigo 6.º

Compete à Junta de Freguesia de Real:

- a) A execução das obras, de acordo com o orçamento e as normas legais em vigor.
- b) Fornecer os elementos necessários ao primeiro outorgante, sempre que solicitados, para o correto acompanhamento das obras.

Artigo 7.º

O presente contrato poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, através da apresentação de uma proposta de denúncia, devidamente fundamentada, a qual será discutida entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

Artigo 8.º

Ao presente contrato será dada a devida publicidade.





MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 9.º

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão decididos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

Artigo 10.º
Enquadramento financeiro

A despesa prevista no presente contrato interadministrativo tem cabimento no projeto das GOP 04 420 2014/70 Ac. 3, com o cabimento n.º 105/2017, e o número sequencial de compromisso n.º 17886, efetuado em 16 de fevereiro de 2017.

Município de Penalva do Castelo, 16 de fevereiro de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal,

O Presidente da Junta de Freguesia,